



**XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA –
CIGU**

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

**A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CENTRO DE DESPORTOS/CDS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA\UFSC**

NEWTON NEVES DE CARVALHO

UFSC

newton.n@ufsc.br

SOELI SOARES DE MORAES

SERVIDOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

soeli.moraes@ufsc.br

Resumo

O artigo propõe levantamento visando verificar o funcionamento e as modalidades de Extensão Universitária desenvolvida e oferecidas a comunidade no Centro de desportos da Universidade de Santa Catarina, que é considerado como um dos tripés de sustentação das universidades; ensino, pesquisa e extensão. O estudo apresenta uma revisão de literatura com métodos que abordam uma pesquisa de análise qualitativa com enfoque descritivo a qual envolveu pesquisa bibliográfica e documental. O resultado deste estudo é o levantamento das modalidades e funcionamento da extensão universitária no Centro de Desportos em especial na prática desportiva oferecida a comunidade. Sugere-se novos estudos para aprofundar as discussões a respeito da temática.

Palavras-chave: Administração Universitária. Extensão. Função Social.

1 INTRODUÇÃO

A Extensão universitária é uma das funções sociais das Universidades, realizada por meio de um conjunto de ações dirigidas à sociedade, as quais devem estar indissociavelmente vinculadas ao Ensino e à Pesquisa, de forma geral, tendo como finalidade a promoção e o desenvolvimento do bem-estar físico e social, sendo projetadas e oferecidas pelas IES, por um ou mais setores coordenados por uma ou mais pessoas da Instituição, utilizado-se de meios físicos e recursos humanos com o objetivo de oferecer serviços a sociedade que extrapolam os cursos formais.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma instituição de ensino superior e como tal desenvolve a sua missão que é o ensino a pesquisa e a extensão, formando o tripé indissociável, conforme descritos na literatura sobre as IES.

Na década de 50, começou-se a “idealizar” a criação de uma universidade para o Estado de Santa Catarina. A Universidade Federal de Santa Catarina, foi aprovada pela Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960 (LIMA, 1980). A Universidade foi, inicialmente, estruturada a partir das faculdades existentes na capital, sendo elas: **Direito**, criada em 1932 e federalizada em 1956; Farmácia e **Odontologia**, criada em 1946 e desmembrada em 1960; **Ciências Econômicas**, criada em 1944; **Filosofia, Ciências e Letras**, desde 1952, e **Medicina**, desde 1957; sendo criada também a faculdade de Engenharia, cuja expectativa era que fosse, no futuro, um grande Centro Tecnológico. Em 1959 e 1960 foram fundadas, respectivamente, as Faculdades de Serviço Social e Medicina (PELUSO, 1991).

Atualmente a UFSC em seu campus de Florianópolis possui onze centros de ensino entre eles o Centro de Desportos, alvo deste estudo.

O Centro de Desportos criado em 1973, com a reforma universitária de 1969 durante o regime militar o governo impôs a prática de educação física em todo o sistema de ensino, principalmente na educação superior e com a criação do CDS em 1973 torna-se realidade na UFSC. Em 1974 foi criado o curso de licenciatura em educação física enquadrado na área de artes e comunicações no vestibular; o primeiro curso de especialização iniciou em 1977, inicialmente foi muito difícil a implementação das práticas dispositivas em função da UFSC não disponibilizava de estrutura para tal, as atividades eram desenvolvidas nas estruturas da marinha do estreito.

Hoje o CDS/UFSC conta com estrutura relativamente grande dispendo de vários ambientes para o ensino, pesquisa e a extensão e ainda é palco de eventos desportivos, nos fins de semanas o CDS é aberto à comunidade para competições esportivas e práticas desportivas em projetos de extensão e disciplinas curriculares ou extracurriculares.

Neste contexto, o problema de pesquisa definido no presente trabalho é levantar as modalidades e funcionamento da extensão universitária no CDS. Assim elegeu-se como objetivo desta pesquisa analisar o funcionamento da extensão universitária no CDS.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 As Instituições de Ensino Superior

São instituições de ensino superior, as que têm a sua regulamentação pela Lei nº 9.394, de 1996 que são classificadas em Universidades desdobradas em faculdades, escolas ou institutos de ensino superior, em Centro Universitário e Faculdades.

As instituições de ensino superior configuram-se a unidade de organização institucional autônoma no âmbito do ensino superior. No Brasil, uma instituição de ensino superior é uma instituição que promove educação em nível superior, regulamentados pela Lei Nº 9.394, de 1996, também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, e que, no Art. 43, a educação superior tem por finalidade:

- I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.
- IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996, p. 35).

De acordo com Oliveira (2001, p. 23), a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, trata da educação como um dever do Estado, em seu art. 176 que “A educação, inspirada no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola”, o que torna explícita a vinculação atual da educação como um dever do Estado, maior do que ocorria nas Constituições anteriores. A explicitação do dever do Estado no art. 208, somada aos mecanismos jurídicos presentes na atual Constituição, instrumentaliza o direito à educação de forma marcante a partir de 1988. O art. 206 da Constituição Federal trata dos princípios que regem este campo do ensino e que deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e

coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V - Valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei e
VII - Garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 1988).

2.2 A Extensão Universitária

Devido à necessidade de uma relação dialógica entre universidade e sociedade, está uma interlocutora denominada Extensão Universitária. Conforme a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), art. 43, inciso VII, uma das finalidades da educação superior é “promover a extensão aberta à participação da população, com o objetivo de difundir as conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996). No entanto, existem lacunas quanto à forma como a universidade deve cumprir esta legislação. A lei garante a autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial das universidades que, por meio de seus colegiados, decidem dentro de seus recursos orçamentários as atividades de extensão a serem executadas, conforme descrito no artigo 53 da Lei 9.394.

De acordo com Sousa (2010), a forma da extensão universitária foi alterada ao longo da história de acordo com os sujeitos de sua prática. Com isso, o conceito e a metodologia ainda são muito dependentes da visão política da universidade a qual pertence, gerando, naturalmente muitos entendimentos individuais e diversas metodologias de atuação. Para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU), que é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, a extensão é compreendida como: “o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade [...]”. (BRASIL, 2011). Nos processos avaliativos das Instituições de Ensino Superior (IES), um dos aspectos considerados é justamente a integração social, ou seja, o grau de inserção da instituição por meio dos programas de extensão e outras ações extensionistas.

Conforme consta no Decreto n.º 2.026, de 10 de outubro de 1996. (BRASIL, 1996). As IES públicas e privadas estão organizadas em fóruns representativos. A criação destes espaços, objetiva discutir aspectos da extensão universitária e propor ao poder público políticas que institucionalizem a extensão universitária quanto à conceituação, operacionalização, financiamento e avaliação para além das universidades públicas.

A concepção política de extensão universitária mais atual, publicada em julho de 2012 pelas universidades públicas está registrada na Política Nacional de Extensão Universitária, um documento que faz uma série de propostas ao Ministério da Educação com as particularidades das universidades públicas. Ainda que não seja um documento representativo com as especificidades das comunitárias e das particulares, não deixa de ser uma referência quanto ao conceito e as diretrizes de extensão universitária.

A Extensão Universitária é reconhecida como a função da universidade que amplia a democratização do conhecimento no momento em que extrapola os muros das IES.

2.3 A Extensão na Universidade Federal de Santa Catarina

A Universidade Federal de Santa Catarina trabalha a extensão universitária através de sua Pro - Reitoria de extensão/PROEX. A normatização de extensão por meio da Resolução Normativa nº 03/CUn/09, de dezembro de 2009, onde estabelece as diretrizes para as ações de extensão na UFSC que é composta por 45 artigos.

Em seu art. 1º diz que “a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico articulado ao ensino e a pesquisa de forma indissociável, que valoriza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.”

Em seu art. 2º define as ações de extensão universitária e seus objetivos específicos:

- I – Otimizar as relações de intercambio entre Universidade e a sociedade em relação aos objetivos da Instituição;
 - II – Propiciar mecanismos para que as pessoas e as instituições utilizem o conhecimento existente na realização de suas atividades;
 - III – Estimular a troca de saberes entre Universidade e a Sociedade;
 - IV – Avaliar as contribuições da Universidade para o desenvolvimento da sociedade;
 - V – Facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da sociedade;
 - VI – Preservar e proteger o conhecimento produzido pela sociedade.
- (UFSC, 2009).

3 METODOLOGIA

A metodologia é um conjunto de procedimentos necessários para alcançar os resultados em uma pesquisa, sendo por isso importante a utilização de uma metodologia adequada. (ZANELLA, 2007)

O delineamento, quanto aos objetivos da pesquisa, enquadrou-se na pesquisa de caráter informativa e descritiva, com o uso da abordagem lógico dedutiva, pois de acordo com Andrade (2002), ela se destaca por preocupar-se em observar, registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos.

De acordo com Richardson (1999, p.80), a pesquisa qualitativa pode descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Quanto aos procedimentos foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e documental. Neste estudo, o universo da pesquisa corresponde ao estudo do funcionamento, estrutura e modalidades de extensão universitária do Centro de Deporto da UFSC.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Caracterização da Universidade Federal de Santa Catarina\UFSC e do Centro de Desportos\CDS

A Universidade Federal de Santa Catarina criada em 18 de dezembro de 1960, hoje a UFSC conta com uma estrutura de cinco campi, sendo um em Florianópolis onde está inserido o CDS alvo deste estudo, e os outros quatro campi no interior do estado de Santa Catarina, tendo ainda sete pró-reitorias, quatro secretarias e seis órgãos suplementares. Sua missão conforme descrita em seu estatuto, “produzir, sistematizar e socializar o saber...”. Na extensão a UFSC tem o compromisso de formar pessoas com responsabilidade social visando à participação ativa e democrática na sociedade.

O Centro de Desportos teve seu início com a implantação da prática desportiva na UFSC com o decreto nº 705 de 25 de julho de 1969 que modificou a lei 4.024 (Lei de Diretrizes de Bases), que em seu artigo 22, estendeu a obrigatoriedade do ensino de Educação Física a todos os níveis e ramos de ensino no País. Em 1973, através da portaria nº145/73 GR de 06/03/73, foi regulamentada todos os procedimentos de implantação da prática desportiva na UFSC.

Em 2014 o Centro de Desportos, conta com 45 professores efetivos; oito professores substitutos, 2 professores voluntários e vinte e dois técnicos administrativo distribuídos em seus vários setores dando suporte para as atividades desenvolvidas no centro. O curso de educação física dispõe de 240 vagas e tem em 14.2 242 alunos regulares, no curso de bacharelado em educação física dispõe de 240 vagas e conta 240 alunos regulares, no programa de pós-graduação em educação física no mestrado são 52 alunos e o doutorado tem 52 alunos e ainda possui três pós-doutorandos. Na área de publicação possui uma revista, a MOTRIVIVENCIA – Revista de educação física, esporte e lazer que se encontra disponível em www.periodicos.ufsc.br.

4.2 A Extensão Universitária no Centro de Desporto\CDS

A extensão no Centro de Desporto, objetivando o envolvimento da comunidade em suas atividades desportivas iniciou em 1976 com o primeiro projeto de extensão para crianças de 06 a 13 anos, com a escola infantil de desportos “ESINDE” de autoria das professoras Alva Neves Pessi e Nivia Terezinha Duarte, o projeto inicial atendia 500 crianças em média por semestre. Em 1981 foi criado pela professora Yara Regina Damiani o projeto de extensão permanente para adultos; e a partir de 1989 surgiram outros projetos envolvendo professores e alunos do Curso de Educação Física assim distribuídos em ordem cronológica:

1989 – Capoeira, Treinamento de Voleibol, Condicionamento Físico, Ginástica Artística, Grupo de Dança, Expressão Corporal, Preparação Física para árbitros de futebol, Colônia de Férias.

1991 – Natação pra Comunidade.

1992 – Aikidô.

1992 – Guardiães da vida;

1993 – Pólo Aquático, tênis de Campo;

1995 – Atividades Motoras Adaptadas, Judô e Basquete para universitários;
 1997 – Futebol de Campo Feminino, Treinamento de surfistas e voleibol de areia feminino;
 1997 – Futebol de campo e voleibol para meninos de 9 a 13 anos, prevenção cardiovascular (atividades físicas orientadas para prevenção de doenças crônico-degenerativas na meia idade (FARIAS,1998).

Atualmente as atividades de extensão continuam sendo oferecidas através de projetos de extensão que são elaborados e registrados no sistema notes conforme fluxograma disponível em (<http://proex.paginas.ufsc.br/files/2012/06/fluxograma-de-tramita%C3%A7%C3%A3o.pdf>).

O Centro de Desportos disponibiliza as suas atividades de extensão em diversas modalidades de atividade entre elas atividades esportivas a comunidade através de edital que é publicado semestralmente, as modalidades esportivas que estão sendo oferecidas no segundo semestre de 2014 são demonstradas no quadro abaixo:

Modalidade	Vagas
1 - Natação Adulto – Matutino	60
2 - Natação Infantil e 3ª Idade	137
3 – Hidroginástica	65
4 - Natação Adulto – Vespertino	83
5 - Aquafitness e Pólo Aquático	125
6 – Danças	579
8 - Natação Adulto – Noturno	135
Modalidade	Vagas
9 - Ginastica e Yoga	433
10 - Artes Marciais	30
11 - Condicionamento Físico e Musculação	96

Disponível em: <http://150.162.78.9/scripts/fapeucds.pl/0010212at> acessado em 13/10/2014

Em 2014 o Centro de Desportos, conta com 45 professores efetivos; oito professores substitutos e 2 professores voluntários. O curso de educação física no segundo de 2014 disponibiliza 240 vagas e tem 242 alunos regulares, no curso de bacharelado em educação física dispõe de 240 vagas e com 240 alunos regulares, no programa de pós-graduação em educação física disponibiliza o mestrado com 52 alunos e o doutorado com 52 alunos e ainda tem três pós-doc. Na área da publicação possui algumas revistas, entre elas a MOTRIVIVENCIA – Revista de educação física, esporte e lazer que se encontra disponível em www.periodicos.ufsc.br.

As atividades esportivas são cobradas um taxa através dos projetos de extensão que na sua maioria ficam em torno de R\$100,00 a R\$150,00, mas tem outros valores que são de R\$75,00, R\$200,00 e R\$300,00 as taxas pagas são semestrais e recolhida via FAPEU para pagamentos do intencionistas através de bolsa de extensão também via FAPEU.

O pagamento de bolsas aos extencionistas que normalmente são os alunos do curso de educação física orientados pelos professores dos cursos e coordenadores dos projetos de extensão são pagos com as taxas de inscrição das modalidades dos cursos de extensão oferecidas no CDS.

As taxas pagas pelas atividades dos projetos de extensão na sua maioria ficam em torno de R\$100,00 a R\$150,00, mas tem outros valores que são de R\$75,00, R\$200,00 e R\$300,00 as taxas pagas são semestrais e recolhida via FAPEU para pagamentos do intencionistas através de bolsa de extensão também via FAPEU.

Apresentamos a seguir o quadro onde demonstra o número de inscrições por modalidade oferecido no atual semestre de 2014.

Inscrições distribuídas por Modalidades - 2014/02

Modalidade	Inscrições
1 - Natação Adulto – Matutino	56
2 - Natação Infantil e 3ª Idade	59
3 – Hidroginástica	61
4 - Natação Adulto – Vespertino	81
5 - Aquafitness e Pólo Aquático	54
6 – Danças	276
8 - Natação Adulto – Noturno	129
9 - Ginástica e Yoga	305
10 - Artes Marciais	14
11 - Condicionamento Físico e Musculação	74

Disponível em: <http://150.162.78.9/scripts/fapeucds.pl/0010212at> acessado em 13/10/2014

Apresentamos no quadro abaixo a distribuição das inscrições por categoria onde atende cinco categorias deferentes no segundo semestre de 2014.

Categorias	Quantidade
01 - Servidor UFSC	89
02 – Comunidade	617
03 – Aluno	395
04 – Outros	8

Disponível em: <http://150.162.78.9/scripts/fapeucds.pl/0010212at> acessado em 13/10/2014

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi proposto a fim de contextualizar e descrever o funcionamento da extensão universitária em especial as atividades esportivas no Centro de Desporto da Universidade Federal de Santa Catarina.

Assim, em relação ao objetivo geral da pesquisa, considera-se que este foi devidamente cumprido, posto que foram contextualizados além do assunto foco desta

pesquisa, a extensão universitária relacionada as atividades esportivas e sua estrutura, a contextualização da extensão universitária e seu histórico.

Verificou-se que embora seja cobrada uma taxa relativamente baixa ainda sobre vagas em todas as modalidades de atividades esportivas oferecidas através dos projetos de extensão universitária no Centro de Desportos da Universidade federal de Santa Catarina no segundo semestre de 2014.

Devem-se buscar bases sólidas de financiamento da Extensão Universitária, de caráter público, transparente e, sobretudo, continuado, superando a atual fragmentação e o caráter eventual dos recursos alocados; e priorizando o financiamento de Projetos integrados a programas ao invés de ações isoladas como é atualmente visando garantir o papel da Extensão na relação com a sociedade, no sentido da transformação social e da superação das desigualdades. Fortalecer a relação da Extensão com as políticas públicas através de programas estruturantes capazes de gerar impacto social.

De fato, considera-se fundamental o desenvolvimento de outros estudos desta natureza, dada a importância em aprofundar a discussão da extensão universitária e suas funções para sociedade geral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras/SESu/MEC. 2000/2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 18 de out. de 2014.

_____. Lei Darcy Ribeiro. LDB : **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/win7/Downloads/ldb_5ed%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/win7/Downloads/ldb_5ed%20(1).pdf)>. Acesso em: 20 de out. de 2014.

FARIAS, Vilmo F. de. **O CDS e sua História 1973-1998**. Florianópolis: Imprensa Universitária UFSC, 1998.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001.

FÓRUM DE EXTENSÃO DOS PRÓ-REITORES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Maio 2012. Disponível em: < <http://www.renex.org.br>> Acesso em 10 outubro. 2014.

JEZINE, Edineide. "**Mutiversidade e Extensão Universitária**". In. FARIA, Dóris Santos de. (org.). **Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina**. Brasília.UnB,2001.

LIMA, João David Ferreira. **UFSC Sonho e Realidade**. 2.ed. Florianópolis : UFSC, 2000.

UFSC 50 anos: **trajetórias e desafios** / Roselane Neckel e Alita Diana Corrêa Küchler, organizadoras. Florianópolis: UFSC, 2010.

ZANELLA, L. C. H.. **Curso de graduação em administração à distância: Metodologia da Pesquisa**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007.